

ADRIANA DE LOURDES POHN

**ADEQUAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS ÀS NORMAS  
INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE EM EMPRESAS  
MONITORADAS PELA GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Monografia apresentada como requisito  
para a obtenção do Grau de Bacharel  
em Ciências Contábeis da  
Universidade de Caxias do Sul

Orientador: Prof. Ms. Elias Milton Denicol

Caxias do Sul

2011

## **APROVAÇÃO**

ADRIANA DE LOURDES POHN

### **ADEQUAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE EM EMPRESAS MONITORADAS PELA GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul.

Banca examinadora:

Presidente/orientador

-----  
Prof. Ms. Elias Milton Denicol

Examinadores

-----  
Nome e titulação do banqueiro - UCS

-----  
Nome e titulação do banqueiro – UCS

Trabalho apresentado e aprovado pela banca examinadora em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **DEDICATÓRIA**

A todos que sempre me apoiaram, em especial a minha mãe Lourdes e meu marido Marcelo que sempre estiveram ao meu lado, me acompanhando e incentivando para que eu conseguisse atingir meus objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer a Deus pela força e pelas oportunidades dadas a mim, a minha família, que sempre me apoiou e acreditou que, um dia, meus esforços seriam recompensados. Gostaria de expressar meus agradecimentos ao meu orientador Prof. Ms. Elias Milton Denicol pelo empenho, incentivo e dedicação aplicados na conclusão deste trabalho e, ao Prof. Ms. Afonso Celso Goulart Martins pela indicação do caminho a ser trilhado. A todos, muito obrigada por estarem comigo o tempo todo até a chegada deste momento glorioso.

## **PENSAMENTO**

O valor das coisas não está no tempo em que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.  
Fernando Pessoa

## RESUMO

Esta monografia enfoca a adequação das publicações legais às normas internacionais de contabilidade em empresas monitoradas pela governança corporativa. O assunto a ser tratado neste trabalho é de suma importância, pois aborda mudanças a níveis mundiais no que diz respeito à reestruturação do setor contábil das empresas sociedades anônimas. Com este pensamento, pode-se notar que a adoção das práticas internacionais de contabilidade (IFRS) pelas companhias trouxe consigo um vasto rol de desafios a serem vencidos e vantagens a serem apreciadas. Em meio a tantos pontos relevantes sobre o tema em questão, este trabalho está voltado especificamente às alterações nas publicações das demonstrações financeiras. Também este trabalho, pode-se perceber que a pesquisa parte desde a confecção da peça gráfica que irá ser publicada nos jornais, as quais têm o dever de cumprir os padrões exigidos por lei, passa pela adequação deste material aos novos padrões internacionais, identifica que as empresas monitoradas pelas boas práticas de governança corporativa estão destinadas a acomodar-se dentro deste novo contexto. Com as evidências apresentadas nesta monografia, pode-se perceber os desafios que foram gerados a partir dos temores eminentes que toda a mudança traz àqueles que estão envolvidos e as vantagens que foram adquiridas em razão de que, as companhias possam enquadrar-se dentro de um mercado globalizado, com infinitas oportunidades que propiciam uma divulgação de resultados bastante satisfatórios para si, para seus acionistas e futuros investidores.

**Palavras-chave:** Publicações; Demonstrações Financeiras; Companhia; Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS; Empresa; Governança Corporativa.

## LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Balanço patrimonial 2006-2007 .....	20
Quadro 2: Balanço patrimonial 2007-2008 .....	21
Quadro 3: Demonstração do resultado do exercício 2007-2008 .....	22
Quadro 4: Demonstração das mutações do patrimônio líquido 2009-2010 .....	23
Quadro 5: Demonstração das origens e aplicações de recursos 2003-2004 .....	24
Quadro 6: Demonstração do fluxo de caixa - método indireto 2007-2008 .....	25
Quadro 7: Demonstração do fluxo de caixa - método direto 2007-2008 .....	26
Quadro 8: Demonstração do valor adicionado 2007-2008 .....	27
Quadro 9: Demonstração do resultado abrangente 2009-2010 .....	31
Quadro 10: Balanço patrimonial 01/01/2009 a 31/12/2009 - 31/12/2010 .....	32

## **LISTA DE SÍMBOLOS, ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas
- APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) Nacional
- BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo
- BP – Balanço Patrimonial
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários
- DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
- DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
- DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
- DVA – Demonstração do Valor Adicionado
- FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras
- GAAP – Generally Accepted Accounting Principles (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América)
- IASB – International Accounting Standards Board
- IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
- IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
- ICPC – Instrução do Comitê de Pronunciamentos Contábeis
- IFRS – Standard International Financial Reporting (Normas Internacionais de Contabilidade)
- OCPC – Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO .....	11
1.2 QUESTÃO DE PESQUISA .....	12
1.3 OBJETIVOS .....	12
1.3.1 <i>Objetivo geral</i> .....	12
1.3.2 <i>Objetivos específicos</i> .....	13
1.4 METODOLOGIA.....	13
1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO .....	14
<b>2 PUBLICAÇÕES LEGAIS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS ORDENADAS PELA LEI Nº 6.404/76 COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 10.303, DE 31/10/2001</b>	<b>15</b>
·	
2.1 TIPOS DE PUBLICAÇÕES .....	15
2.2 CRITÉRIOS UTILIZADOS NA PADRONIZAÇÃO DE CARACTERES NAS PUBLICAÇÕES LEGAIS.....	16
2.3 JORNAIS DE VEICULAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS.....	16
<b>3 ADEQUAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS A PARTIR DAS ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI Nº 11.638 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 .....</b>	<b>18</b>
3.1 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	19
3.1.1 <i>Balanco patrimonial</i> .....	20
3.1.2 <i>Demonstração do resultado do exercício</i> .....	21

3.1.3	<i>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</i> .....	22
3.1.4	<i>Demonstração do fluxo de caixa</i> .....	23
3.1.5	<i>Demonstração do valor adicionado</i> .....	26
3.1.6	<i>Outros dados integrantes das demonstrações financeiras</i> .....	27
<b>4 A CONVERSÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS PARA O IFRS.29</b>		
4.1	COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC).....	30
4.1.1	<i>Pronunciamento técnico CPC nº 26 – Apresentação das demonstrações contábeis</i> .....	30
4.1.2	<i>Pronunciamento técnico CPC nº 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</i> .....	31
4.1.3	<i>Pronunciamento técnico CPC nº 37 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40</i> .....	32
4.1.4	<i>Outros pronunciamentos, orientações e interpretações</i> .....	32
4.2	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE SOCIEDADE DE GRANDE PORTE.....	34
<b>5 GOVERNANÇA CORPORATIVA</b> .....		<b>36</b>
5.1	CONCEITOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	36
5.2	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA BOA GOVERNANÇA.....	37
5.2.1	<i>Participação</i> .....	37
5.2.2	<i>Estado de direito</i> .....	37
5.2.3	<i>Transparência</i> .....	38
5.2.4	<i>Responsabilidade</i> .....	38
5.2.5	<i>Decisões orientadas para um Consenso</i> .....	38
5.2.6	<i>Igualdade e inclusividade</i> .....	39
5.2.7	<i>Efetividade e eficiência</i> .....	39
5.2.8	<i>Suporte à auditoria fiscalizadora</i> .....	39
5.3	A GOVERNANÇA CORPORATIVA E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	40
5.4	O MERCADO FINANCEIRO ADAPTADO ÀS NOVAS NORMAS CONTÁBEIS .....	41
<b>6 ANÁLISES E DISCUSSÕES</b> .....		<b>43</b>
<b>7 CONCLUSÃO</b> .....		<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....		<b>47</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

As publicações legais são mais que uma exigência legal, elas tornaram-se dentro da atual conjuntura econômica e financeira, uma ferramenta que auxilia na avaliação e mensuração das companhias inseridas dentro do mercado financeiro.

O processo que envolve as publicações legais é determinado pelos prazos que devem ser rigorosamente cumpridos, obrigatoriedade das publicações e casos em que as mesmas são dispensadas, a escolha dos jornais para a veiculação dos atos legais, bem como os caracteres gráficos mínimos permitidos por lei.

As normas internacionais de contabilidade estão sendo implantadas com o intuito de padronizar os procedimentos contábeis a fim de determinar que a linguagem utilizada seja única e possa ser compreendida da mesma forma em todos os lugares.

Como o Brasil está inserido neste contexto e em consequência destas mudanças, fez-se necessário a devida adequação da Lei das Sociedades por Ações que ampara a legislação societária brasileira.

A adoção das novas regras, decorrentes das alterações ocorridas na estrutura das demonstrações contábeis, foi de suma importância, pois assim está sendo possível inserir e projetar o Brasil dentro de um panorama internacional há muito tempo desejado.

Os rumores no mercado financeiro alertaram as companhias abertas que já vinham adequando suas publicações legais às novas normas antes mesmo destas serem exigidas por lei. Essas empresas, aliadas as boas práticas de governança corporativa, apresentam uma estratégia bem definida e comprometida com o planejamento traçado, elaboram seus relatórios dentro de uma visão globalizada projetando suas expectativas a um nível internacional.

Demonstrar quais os desafios e as vantagens agregadas à adequação das publicações legais às normas internacionais de contabilidade nas empresas monitoras pela governança corporativa será o objetivo a ser alcançado ao longo desta pesquisa.

## 1.2 QUESTÃO DE PESQUISA

O investidor procurar alicerçar-se em informações que dizem respeito à empresa na qual irá aplicar seu capital. Ao confiar seus investimentos à sociedade eleita dentro de sua pesquisa, o desejo sempre é o de obter resultados positivos. Para as empresas que captam investimentos de terceiros, é fundamental apresentar um relatório de contas onde conste, de forma clara e precisa, suas transações e quais as deliberações tomadas ao processar lucros ou prejuízos realizados, procedimento essencial em sociedades monitoradas pelas boas práticas de governança corporativa.

Confrontando as expectativas do investidor e investida, se faz necessário registrar a vontade recíproca das partes: o crescimento financeiro.

Neste momento entra em discussão o papel fundamental das publicações legais, em especial das demonstrações financeiras, elaboradas a partir da movimentação de ativos e passivos da companhia ao longo do exercício.

A publicação legal é uma ferramenta que auxilia o investidor a apreciar os resultados de suas aplicações e a investida a divulgar suas transações e seu sistema de gerenciamento com transparência a fim de atrair mais recursos para seu desenvolvimento.

A partir de 2011, as demonstrações financeiras começam um processo de reestruturação e adequação às normas internacionais de contabilidade, onde os benefícios e os desafios foram se destacando nas companhias em função da adaptação às novas regras, trazendo incertezas em torno deste assunto.

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 *Objetivo geral*

Destacar quais vantagens e desafios terão as empresas que exercem as melhores práticas de governança corporativa, ao adequarem suas publicações legais às normas internacionais de contabilidade, tendo como base teórica a legislação pertinente atualizada, expressar conclusões.

### 1.3.2 *Objetivos específicos*

- Estruturar a pesquisa com base nos fundamentos da legislação vigente, principalmente a Lei 11.638 de 2007;
- Demonstrar quais os fatores decisivos que motivaram as mudanças estruturais das demonstrações financeiras, amparados pela pesquisa bibliográfica;
- Traçar um comparativo entre o modelo de demonstrações financeiras antigo com o exigido atualmente;
- Verificar quais são as vantagens e os principais desafios que surgiram nas organizações ao adequarem as publicações legais às normas internacionais de contabilidade;
- Comparar os dados obtidos em pesquisa ao referencial teórico e argumentar sobre os pontos positivos e negativos criados a partir das mudanças realizadas.

## 1.4 METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado para a realização do presente trabalho é a pesquisa bibliográfica, onde, a busca através de temas relacionados a contabilidade, a governança corporativa, às publicações legais e as normas internacionais de contabilidade pretendem mensurar quais as reais consequências apuradas nas empresas que passaram por este delicado processo de mudanças.

Foram selecionados livros e artigos pertinentes a este conteúdo a fim de abordar a abrangência e a complexidade das alterações que estão sendo propostas.

Em relação à pesquisa bibliográfica Gil (1999), coloca que a mesma é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço, motivados pela quantidade de material ou dificuldade de entendimento. Para Mattar (1997), as pesquisas bibliográficas são mais rápidas e econômicas de amadurecer ou aprofundar um problema de pesquisa é através do conhecimento de trabalhos já efetuados por outros, via levantamento bibliográfico.

## 1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo apresenta-se a introdução com a importância do assunto, a questão de pesquisa, os objetivos, a metodologia bem como a estrutura deste estudo. No conjunto serão apreciados e discriminados os motivos pelos quais se fez necessário adequar as demonstrações financeiras das companhias abertas monitoradas pela governança corporativa às normas internacionais de contabilidade (IFRS).

No segundo capítulo é descrito sobre a Lei nº 6.404/76 no que diz respeito a tipos de publicações, seus prazos de publicação, meios de comunicação utilizados, critérios de formatação e quem deve cumprir essas determinações.

No terceiro capítulo são expostas quais foram as modificações inseridas pela Lei 11.638/07 na estruturação das demonstrações financeiras, como era e como configurarão esses relatórios após a aplicação das novas normas estabelecidas pela lei.

O quarto capítulo apresenta como foi a convergência das atuais práticas contábeis para às IFRS. Como foi instituído e qual a sua importância dentro do atual cenário financeiro.

No quinto capítulo a explanação sobre a governança corporativa demonstra que ela teve um papel fundamental apoiando às empresas engajadas dentro de seu contexto a serem inseridas dentro desta nova fase com mais tranquilidade visto que o caminho para a padronização contábil há muito estava sendo galgado.

O sexto capítulo apresenta as análises e discussões a respeito dos desafios e as vantagens que surgiram ao longo do processo de globalização conduzido pelos novos critérios impostos pela legislação às companhias, relativos a aplicação das normas internacionais de contabilidade.

O sétimo e último capítulo terá como principal a conclusão extraída a partir dos fatos confrontados dando parecer de quais as reais vantagens agregadas às empresas com as mudanças contábeis.

## **2 PUBLICAÇÕES LEGAIS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS ORDENADAS PELA LEI Nº 6.404/76 COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 10.303, DE 31/10/2001**

Este capítulo apresenta as principais modalidades de publicações legais utilizadas pelas empresas regidas pela Lei 6.404/76 e, resumidamente, explana sobre cada uma delas. Apresenta também, a normatização no que diz respeito à formatação destas matérias e em quais jornais devem ser publicadas.

### **2.1 TIPOS DE PUBLICAÇÕES**

**Edital de Convocação:** A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembléia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. (Lei 6.404/76 art.124). 1ª Convocação: Na companhia fechada com 08 dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio e na companhia aberta com 15 dias de antecedência. 2ª Convocação: Não se realizando a Assembléia, deve ser publicado novo anúncio. Na companhia fechada com 05 dias de antecedência e na companhia aberta com 08 dias de antecedência.

Cabe ressaltar, que não se admite anúncios prevendo desde logo a 2ª convocação. Deve ser publicado novo anúncio.

Dispensa da publicação: A Assembléia que reunir a totalidade dos acionistas está dispensada da publicação do edital (Lei 6.404/76 art. 124 § 4º).

**Aviso aos Acionistas:** Os administradores devem comunicar, até 01 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembléia geral ordinária, por anúncios publicados por 03 vezes, no mínimo, que se acham à disposição dos acionistas os documentos referidos no art. 133, da lei 6.404/76.

Dispensa da publicação: a) a assembléia geral que reunir a totalidade dos acionistas está dispensada da publicação dos anúncios (Lei 6.404/76 art.133 § 4º); ou b) a empresa que publicar o Balanço e demonstrações financeiras até 01 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembléia geral ordinária (Lei 6.404/76 art.133 § 5º).

**Balanço Patrimonial:** O Balanço e demais Demonstrações Financeiras deverão ser publicados até 05 dias antes da Assembléia Geral Ordinária (art. 133 § 3º). A assembléia geral que reunir a totalidade dos acionistas poderá considerar

sanada a inobservância do referido prazo, mas é obrigatória a publicação dos documentos antes da realização da assembléia (Lei 6.404/76 art. 133 § 4º).

**Atas:** Todas as Atas de Assembléias Gerais de Acionistas deverão ser publicadas.

#### **Artigo 294 (Lei 6.404/76)**

A companhia fechada que tiver menos de 20 (vinte) acionistas, com patrimônio líquido inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) poderá:

- convocar assembléia geral por anúncio entregue a todos os acionistas, contra recibo, com a antecedência prevista no art. 124, ou seja, está dispensada de publicar o edital de convocação; e

- deixar de publicar o Balanço e demais Demonstrações Financeiras de que trata o art. 133.

O disposto neste artigo não se aplica à companhia controladora de grupo de sociedades, ou a ela filiadas, ou seja, suas controladas e coligadas.

Cabe lembrar que a dispensa de publicação a que se refere o art. 294, limita-se tão somente ao edital de convocação e ao balanço. Note-se que o referido artigo não menciona os avisos pondo à disposição dos acionistas os documentos a que se refere o art.133.

## 2.2 CRITÉRIOS UTILIZADOS NA PADRONIZAÇÃO DE CARACTERES NAS PUBLICAÇÕES LEGAIS

É obrigatória, nos anúncios publicados por exigência legal nos jornais, sejam editais, convocações, balanços, citações e avisos, a utilização de um corpo suficientemente legível, devendo o tipo de letra ser, no mínimo, de corpo seis, de quaisquer famílias, e que o título dessas publicações seja de tipo doze ou maior, de qualquer família. (Lei 8.639/93, art. 1º).

## 2.3 JORNAIS DE VEICULAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS

As publicações ordenadas pela Lei das S/A serão feitas no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em



que está situada a sede da companhia (art. 289). As publicações legais (convocações, anúncios, demonstrações financeiras e atas) das S/A, deverão ser feitas:

- no órgão oficial do Estado, ou seja, obrigatoriamente no Diário Oficial do Estado, não se admitindo Diário Oficial da União, e
- em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia. Entende-se por "jornal" o que se publica, no mínimo, cinco dias na semana.

Por "grande circulação" entende-se o jornal cuja distribuição é feita na localidade em que é editado de forma regular e de fácil acesso aos acionistas.

A Comissão de Valores Mobiliários poderá determinar que as publicações ordenadas por esta Lei sejam feitas, também, em jornal de grande circulação nas localidades em que os valores mobiliários da companhia sejam negociados em bolsa ou em mercado de balcão, ou disseminadas por algum outro meio que assegure sua ampla divulgação e imediato acesso às informações.

Todas as publicações ordenadas na Lei nº 6.404/76 deverão ser arquivadas no registro do comércio.

Foi acrescentado pela Lei nº 10.303/2001 que as companhias abertas poderão, ainda, disponibilizar as referidas publicações pela rede mundial de computadores.

Para dar prosseguimento ao objetivo desta monografia e auxiliar a responder a questão de pesquisa proposta, o próximo capítulo vai tratar como as publicações legais se adequaram à Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007.

### **3 ADEQUAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS A PARTIR DAS ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI Nº 11.638 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007**

Este capítulo apresenta as mudanças dentro do âmbito das publicações legais.

No final do ano de 2007 a Lei 11.638, que teve origem no Projeto de Lei nº 3.741/00, foi publicada trazendo consigo grandes mudanças com o objetivo de alterar, revogar e introduzir novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

A Lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008 gerando um cenário de incertezas no que diz respeito à interpretação e compreensão das normas internacionais de contabilidade e de dúvidas quanto a forma mais adequada de aplicar as atualizações propostas às regras da contabilidade brasileira, que por anos vinham sendo utilizadas.

Tamanho alteração fixará raízes na história contábil de nosso País. Para BRAGA e ALMEIDA (2009), esta convergência é irreversível, insere-se no contexto das melhores práticas de governança corporativa, contribuindo para a maior transparência das informações das empresas, aumentando sua exposição aos investidores internacionais e ao mercado de um modo geral.

A obrigatoriedade da lei foi apresentada de forma firme e o receio em haver erros quando de sua aplicação foi uma constante que permeava as empresas dispostas a adaptar-se a nova rotina, sabendo elas que a reforma iria repercutir em todo o âmbito contábil.

Conforme RIBEIRO (2008 p. 1) essa Lei definiu as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre a obrigatoriedade de manter escrituração, elaborar demonstrações financeiras e submetê-las a auditoria independente, que deve ser realizada por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários; essas disposições foram estendidas às sociedades de grande porte (aquelas não constituídas sob a forma jurídica de sociedades por ações). Facultou, ainda, à Comissão de Valores Mobiliários, ao Banco Central do Brasil e aos demais órgãos e às agências reguladoras a função de celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, inclusive, no exercício de suas atribuições regulamentares

adotar, em todo ou em parte, os pronunciamentos e as demais orientações técnicas emitidos por essas entidades.

Em meio às discussões e indagações geradas pelas alterações sugeridas, RIBEIRO (2008, p. 4) expressa com fidelidade que, embora a aplicação de novos ditames sejam laboriosos, tem indiscutíveis vantagens.

As mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/2007, que visam adequar os procedimentos contábeis praticados no Brasil aos padrões aceitos nos principais mercados de valores mobiliários, darão, portanto, maior transparência e credibilidade aos nossos relatórios contábeis, permitindo, desse modo, a inserção total das companhias abertas brasileiras no processo de convergência contábil internacional. (RIBEIRO, 2008, p. 4).

Prevendo que os transtornos seriam eminentes, acenou-se com a idéia de compensar as empresas participantes do ritual de transição com a possibilidade de promover uma redução financeira referente ao pagamento das publicações legais. Porém o levante não passou apenas de uma boa intenção. BRAGA e ALMEIDA (2009) ressaltam que, originalmente, o Projeto de Lei nº 3.741/00, mediante proposta de alteração do artigo 289, da Lei nº 6.404/76, buscava ainda reduzir os custos de publicação dessas demonstrações, tendo em vista, inclusive, o expressivo aumento das informações complementares (notas explicativas e quadros suplementares) que deverá advir em função desse processo de convergência. Muito embora este último objetivo não tenha sido alcançado no final da tramitação do projeto (redução de custo de publicação), a Lei nº 11.638/07, ao possibilitar essa convergência internacional, irá permitir, no futuro, o benefício do acesso das empresas brasileiras a capitais externos a um custo e a uma taxa de risco menores.

### 3.1 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O discurso em torno das alterações foi definido de acordo com a real necessidade de modificações dentro do contexto atual.

A Lei nº 11.638/07 instituiu várias modificações nos padrões de contabilidade até então vigentes no País. Entretanto, apesar de propostas no texto do projeto original encaminhado para a CVM, algumas alterações conceituais não foram consideradas na redação final da lei. (BRAGA e ALMEIDA, 2009, p. 4).

A Lei 11.638/01 substituiu a obrigação de preparar uma demonstração por outra, assim como acontece com a exclusão da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos para inclusão da Demonstração do Fluxo de Caixa e da inserção da Demonstração do Valor Adicionado para as empresas de capital aberto.

Além dessas, as alterações no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício sofreram modificações impactantes.

Assim, as demonstrações financeiras exigidas pela Lei nº 6.404/76, deverão ser publicadas agregando os seguintes quadros informativos a partir de 01 de janeiro de 2008:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA);

A Lei nº 6.404/76 denomina as demonstrações contábeis de demonstrações financeiras para ter maior abrangência.

### 3.1.1 Balanço patrimonial

O Balanço Patrimonial configurava desta maneira dentro da publicação das demonstrações financeiras até dezembro de 2007:

BALANÇO PATRIMONIAL					
	ATIVO		PASSIVO		
	Controladora 2007	2006	Consolidado 2007	2006	Consolidado 2007 2006
<b>Circulante</b>					
Disponibilidades (Nota 4)	8.003	9.446	32.320	31.179	
Aplicações financeiras (Nota 4)	301.166	169.445	370.287	226.408	
Contas a receber de clientes (Nota 5)	243.444	284.910	254.685	313.822	
Estoques (Nota 6)	105.701	98.823	208.815	218.068	
Impostos a recuperar (Nota 7)	86.736	71.224	105.997	86.893	
IR e contrib. social diferidos (Nota 15)	26.284	21.378	34.336	26.224	
Outras contas a receber	6.961	8.927	32.976	20.481	
	778.295	664.153	1.039.416	923.075	
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Partes relacionadas (Nota 11)	59.286	64.374	1.915	-	
Impostos a recuperar (Nota 7)	19.263	-	19.263	-	
IR e contrib. social diferidos (Nota 15)	-	-	10.922	18.708	
Depósitos judiciais (Nota 13)	8.262	8.334	9.096	9.216	
Contas a receber de clientes (Nota 5)	1.005	2.499	29.808	27.853	
Outras contas a receber	1.476	5.210	1.875	5.542	
	89.292	80.417	72.879	61.319	
<b>Permanente</b>					
Investimentos (Nota 8)	212.433	173.404	4.069	3.233	
Imobilizado (Nota 9)	78.773	79.802	173.678	181.714	
Diferido (Nota 10)	-	-	10.120	16.062	
	291.206	253.206	187.867	201.009	
<b>Total do ativo</b>	<b>1.158.793</b>	<b>997.776</b>	<b>1.300.162</b>	<b>1.185.403</b>	
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	76.689	72.745	100.066	131.787	
Emprést. e financiamentos (Nota 12)	102.354	163.780	143.548	212.899	
Salários e férias a pagar	36.777	33.201	48.207	43.480	
Impostos e contribuições a recolher	8.410	8.395	16.380	5.129	
Provisão para contingências (Nota 13)	34.054	29.494	47.831	39.942	
Partes relacionadas (Nota 11)	40.786	12.411	-	-	
Adiantamentos de clientes	5.771	5.521	15.904	14.805	
Representantes comissionados	12.337	14.286	20.656	16.193	
Juros sobre capital próprio (Nota 17)	38.629	35.054	38.629	35.054	
Participação dos administradores	5.181	5.306	5.181	5.358	
	385.222	402.351	494.699	536.453	
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Emprést. e financiamentos (Nota 12)	284.474	140.039	310.058	175.269	
Benefícios a empregados (Nota 14)	19.024	19.332	19.024	18.986	
Outras contas a pagar	-	-	4.435	20.058	
	303.498	159.371	333.517	214.313	
<b>Participação dos minoritários</b>					
	-	-	7.836	6.710	
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social (Nota 16)	226.000	226.000	226.000	226.000	
Reservas de capital (Nota 16)	900	900	900	900	
Reservas de lucros (Nota 16)	136.992	109.154	200.029	100.020	
Reservas de Reavaliação	110.000	100.000	41.029	101.000	
Lucros Acumulados	5.000	6.000	500	900	
	470.073	436.054	464.110	427.927	
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>1.158.793</b>	<b>997.776</b>	<b>1.300.162</b>	<b>1.185.403</b>	

#### Quadro 1: Balanço patrimonial 2006-2007

Fonte: Demonstrações Financeiras de Marcopolo S.A. (Diário Oficial RS, 21/02/2008, p. 07)

A partir de 01 de janeiro de 2008 é assim configurado:

BALANÇO PATRIMONIAL									
ATIVO				PASSIVO					
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007		2008	2007	2008	2007
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Disponibilidades (Nota 4)	54.713	53.212	87.831	146.879	Fornecedores	105.372	141.279	188.833	197.195
Aplicações financeiras (Nota 4)	146.296	254.926	346.520	348.646	Emprést. e financiamentos (Nota 14)	287.594	238.265	628.416	417.437
Contas a receber de clientes (Nota 5)	419.193	286.596	687.299	549.613	Salários e férias a pagar	50.813	49.108	62.506	59.383
Estoques (Nota 6)	169.468	127.382	310.581	229.820	Impostos e contribuições a recolher	14.980	12.067	23.862	24.581
Impostos a recuperar (Nota 7)	146.092	130.075	173.497	147.817	Partes relacionadas (Nota 12)	1.415	18.353	-	5.726
IR e contrib. social diferidos (Nota 17)	38.029	23.738	40.875	29.164	Adiantamentos de clientes	17.421	6.771	32.103	25.535
Dividendos a receber	-	14.910	-	-	Representantes comissionados	14.253	7.449	22.937	15.983
Outras contas a receber	38.307	17.335	64.178	33.999	Juros s/ cap. próp. e dividendos (Nota 19)	59.810	75.020	59.810	75.020
	1.012.098	908.174	1.710.781	1.485.938	Participação dos administradores	7.074	6.561	7.074	6.561
						597.643	589.297	1.117.927	902.740
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>					Emprést. e financiamentos (Nota 14)	216.294	136.068	551.703	473.059
Aplicações Financeiras (Nota 4)	-	-	83	71.067	Provisão p/ contingências (Nota 15)	45.755	32.674	56.552	42.648
Partes relacionadas (Nota 12)	1.278	25.469	-	-	Benefícios a empregados (Nota 16)	10.570	13.200	10.573	13.200
Impostos a recuperar (Nota 7)	1.004	905	2.940	943	Outras contas a pagar	24	-	2.972	13.797
IR e contrib. social diferidos (Nota 17)	19.151	11.109	26.329	14.337		272.643	181.942	621.800	542.704
Depósitos judiciais (Nota 15)	12.236	3.579	14.617	4.830	<b>Participação dos minoritários</b>	-	-	11.809	7.836
Contas a receber de clientes (Nota 5)	-	20	329.726	196.001	<b>Patrimônio líquido</b>				
Outras contas a receber	-	237	291	674	Capital social (Nota 18)	450.000	450.000	450.000	450.000
	33.669	41.319	373.986	287.852	Reservas de capital	708	1.186	708	1.186
<b>Permanente</b>					<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>7.580</b>	<b>(14.106)</b>	<b>7.580</b>	<b>(14.106)</b>
Investimentos (Nota 8)	338.333	269.601	912	905	Reservas de lucros	236.066	160.260	231.279	156.643
Imobilizado (Nota 9)	108.718	102.600	268.982	218.757	(-) Ações em tesouraria	(6.058)	(3.362)	(6.058)	(3.362)
Intangível (Nota 10)	65.764	43.523	68.794	44.259	(-) Prejuízos acumulados	-	-	-	-
Diferido (Nota 11)	-	-	11.590	5.930		688.296	593.978	683.509	590.361
	512.815	415.724	350.278	269.851	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.558.582</b>	<b>1.365.217</b>	<b>2.435.045</b>	<b>2.043.641</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.558.582</b>	<b>1.365.217</b>	<b>2.435.045</b>	<b>2.043.641</b>					

## Quadro 2: Balanço patrimonial 2007-2008

Fonte: Demonstrações Financeiras de Marcopolo S.A. (Diário Oficial RS, 04/03/2009, p. 06)

Como demonstrado, ingressa no quadro do Ativo, no grupo Permanente a conta "Intangível". Foram extintas as contas "Lucros Acumulados" e "Reservas de Reavaliação", no quadro do Passivo, no grupo do Patrimônio Líquido.

### 3.1.2 Demonstração do resultado do exercício

Estruturado observando os dispostos no artigo 187, da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 11.638/2007), a Demonstração do Resultado do Exercício tem a finalidade, como o próprio nome sugere, de evidenciar o resultado econômico obtido pela empresa através do desenvolvimento de suas atividades ao longo de um certo período equivalente a doze meses.

As informações contidas no quadro Demonstração do Resultado do Exercício devem seguir as orientações descritas em lei e evidenciarão:

- A receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- A receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

- As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- O lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- O resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

No quadro 3 é apresentado o modelo ideal para constar na demonstração financeira.

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
<b>Receita bruta de vendas e serviços</b>	1.906.889	1.649.901	3.024.210	2.467.020
<b>Deduções de vendas</b>				
Impostos sobre vendas	(222.352)	(262.391)	(492.047)	(365.925)
<b>Receita líquida de vendas e serv.</b>	<b>1.684.537</b>	<b>1.387.510</b>	<b>2.532.163</b>	<b>2.101.095</b>
<b>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</b>	<b>(1.384.395)</b>	<b>(1.209.987)</b>	<b>(2.058.094)</b>	<b>(1.758.510)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>300.142</b>	<b>177.523</b>	<b>474.069</b>	<b>342.585</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>				
Com vendas	81.037	73.311	146.196	129.042
Honorários dos administradores	8.330	7.600	8.330	7.600
Despesas de administração	43.583	35.867	92.120	71.805
Outras desp. (receitas) oper., líquidas	(210)	7.632	(4.863)	(3.895)
<b>Lucro operac. antes das particip. societárias e do resultado financeiro</b>	<b>167.402</b>	<b>53.113</b>	<b>232.286</b>	<b>138.033</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>				
Resultado da equiv. patrimonial (Nota 8)	31.016	56.238	-	-
Amortização de ágio	(6.645)	(2.989)	(6.645)	(2.989)
<b>Resultado financeiro</b>				
Despesas financeiras (Nota 24)	(150.515)	(106.276)	(209.884)	(132.067)
Receitas financeiras (Nota 24)	119.913	171.805	171.022	198.771
<b>Lucro antes do IR, da contrib. social e das participações estatutárias IR e contribuição social (Nota 17)</b>	<b>161.171</b>	<b>171.891</b>	<b>186.779</b>	<b>201.748</b>
Corrente	(56.499)	(37.079)	(84.920)	(66.287)
Diferido	38.018	16.241	40.605	19.407
<b>Particip. dos administ. nos lucros</b>	<b>(7.074)</b>	<b>(6.561)</b>	<b>(7.074)</b>	<b>(6.561)</b>
<b>Particip. dos minoritários nos lucros</b>				
	-	-	(944)	(1.782)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>135.616</b>	<b>144.492</b>	<b>134.446</b>	<b>146.525</b>
Lucro líquido por ação - R\$	0,608	0,646	0,603	0,655

**Quadro 3: Demonstração do resultado do exercício 2007-2008**

Fonte: Demonstrações Financeiras de Marcopolo S.A. (Diário Oficial RS, 04/03/2009, p. 06)

### 3.1.3 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Destaca-se a informação de que as empresas que optam por publicar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido nas demonstrações financeiras ficam dispensadas de publicar a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, desde que esta segunda esteja inserida na primeira Demonstração citada.

Este demonstrativo tem como objetivo apresentar as variações decorrentes nas contas do Patrimônio Líquido durante um certo período. Essas informações são retiradas do livro Razão da empresa.

As Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido serão assim formatadas dentro das demonstrações financeiras: (quadro 4)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria	Prejuízos acumulados	Lucros a Destinar	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2008</b>	10.185	69	579	(176)	-	(4.518)	-	3.187
Custo atribuído do imobilizado	-	-	-	11.604	-	11.604	-	-
Tributos diferidos sobre custo atribuído	-	-	-	(3.945)	-	(3.945)	-	-
<b>Em 1º de janeiro de 2009</b>	10.185	69	579	7.483	-	(4.518)	-	24
<b>Resultado abrangente do exercício</b>								
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(1.820)	-	(1.820)
Variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	439	-	439	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	-	-	-	439	-	(1.820)	-	-
Realização do custo atribuído do imobilizado	-	-	-	(220)	-	220	-	220
Tributos diferidos s/ a realização do custo atribuído	-	-	-	75	-	(75)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	10.185	69	579	7.777	-	(6.193)	-	552
<b>Resultado abrangente do exercício</b>								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	624	-	-
Variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	15	-	15	-	15
<b>Total do resultado abrangente</b>	-	-	-	15	-	624	-	330
Realização do custo atribuído do imobilizado	-	-	-	(200)	-	200	-	879
Tributos diferidos s/ a realização do custo atribuído	-	-	-	68	-	(68)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	10.185	69	579	7.660	132	(5.437)	-	2.560

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Quadro 4: Demonstração das mutações do patrimônio líquido 2009-2010

Fonte: Demonstrações Financeiras de Marcopolo S.A. (Diário Oficial RS, 24/02/2011, p. 06)

### 3.1.4 Demonstração do fluxo de caixa

Uma das inovações trazidas pela Lei nº 11.638/2007 foi a obrigatoriedade na elaboração e publicação da Demonstração do Fluxo de Caixa, que substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

A Demonstração do Fluxo de Caixa evidencia as transações, dentro de um determinado período, que alteram o saldo da conta Caixa e equivalentes de Caixa, isto é, as movimentações de entradas e saídas de dinheiro na empresa. Pode ser apresentado de duas formas: pelos métodos indireto e direto. Esse demonstrativo propicia aos analistas financeiros uma fonte segura para melhor elaborar seus planejamentos financeiros.

Como descrito neste trabalho, todas as reformas foram implantadas com o objetivo de tornar mais simples a forma de compreender os dados financeiros emitidos pelas empresas dentro do mercado econômico globalizado. Daí a exclusão da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos que, mesmo agregando um amplo e completo conjunto de informações, seu entendimento tornava-se

complicado para os investidores atuantes no mercado de capital, visto que estes apresentam um conhecimento superficial da área contábil.

Até dezembro de 2007, a publicação das demonstrações financeiras das companhias abertas aceitava, para apreciação de origens e aplicações de seus recursos, um demonstrativo configurado desta maneira apresentado no quadro 5:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>				
<b>Origens dos recursos</b>				
<b>Das operações</b>				
Lucro líquido do exercício	85.042	81.068	85.022	80.936
<b>Itens que não afetam o capital circulante</b>				
Depreciação e amortização	11.640	10.403	28.928	24.623
Resultado de equivalência patrimonial	(21.227)	(12.249)	-	-
Custo do imob. e invest. baixado ou vendido	363	1.330	8.622	2.468
Var. cambial de controladas no exterior	-	-	1.532	9.180
Participação dos minoritários	-	-	236	(1.564)
<b>Recursos originados das operações</b>	<b>75.818</b>	<b>80.552</b>	<b>124.340</b>	<b>115.643</b>
<b>Dos acionistas e terceiros</b>				
Dividendos recebidos	134	42	-	-
Redução do realizável a longo prazo	-	18.948	-	52.258
Aumento do exigível a longo prazo	87.836	-	68.637	-
	163.788	99.542	192.977	167.901
<b>Aplicações de recursos</b>				
<b>Aplicações em investimentos</b>				
permanentes em outras sociedades	980	14.250	1.250	1.250
Aquisições de bens do imobilizado	20.546	14.922	47.672	46.276
Realizável a longo prazo	23.919	-	10.437	-
Juros s/ o capital próprio - Lei nº 9.249/95	38.208	40.006	38.208	40.006
Redução do exigível a longo prazo	-	87.127	-	101.697
	83.653	156.305	97.567	189.229
<b>Aumento (redução) do capital circ. líquido</b>	<b>80.135</b>	<b>(56.763)</b>	<b>95.410</b>	<b>(21.328)</b>
<b>Variações no capital circulante líquido</b>				
No início do exercício	181.667	238.430	291.212	312.540
No fim do exercício	261.802	181.667	386.622	291.212
<b>Aumento (redução) do capital circ. líquido</b>	<b>80.135</b>	<b>(56.763)</b>	<b>95.410</b>	<b>(21.328)</b>

**Quadro 5: Demonstração das origens e aplicações de recursos 2003-2004**

Fonte: Demonstrações Financeiras de Marcopolo S.A. (Diário Oficial RS, 22/02/2005, p. 04)

### 3.1.4.1 Demonstração do fluxo de caixa – método indireto

Também chamado de Método da Reconciliação, o Método Indireto apresenta ajuste do lucro ou prejuízo líquido, pelas movimentações não envolvendo o Caixa e equivalentes de Caixa.

O quadro 6 apresenta o modelo utilizado na publicação da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto:



<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO</b>				
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Resultado do exercício	135.616	144.492	134.446	146.525
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	29.981	19.639	47.869	33.409
Custo na venda de ativos permanentes	8.379	743	13.797	5.699
Equivalência patrimonial	(31.016)	(56.238)	-	-
Recebimento de lucros e dividendos de subsidiárias	5.764	6.842	14.267	1.306
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
(Aumento) redução em ctas. a receber de clientes	(138.341)	(49.252)	(276.678)	(310.062)
(Aumento) redução em outras contas a receber	(6.256)	(43.294)	(49.569)	(25.920)
(Aumento) redução nos estoques	(42.086)	(27.547)	(80.761)	(36.514)
Aumento (redução) em fornecedores	(35.907)	63.272	(8.362)	80.733
Aumento (redução) em ctas. a pagar e provisões	13.680	64.897	8.959	100.753
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(52.273)</b>	<b>128.831</b>	<b>(54.081)</b>	<b>(18.572)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Investimentos	(37.174)	(53.169)	(14.384)	(5.557)
Partes relacionadas	7.253	9.669	(5.726)	5.726
Dividendos de subsidiárias	13.163	14.910	-	-
Dividendos reveridos	-	(1.570)	-	-
Compras de imobilizado	(58.738)	(38.456)	(110.322)	(105.007)
Gastos pré-operacionais em implantação de novas unidades	-	-	(7.475)	-
Aplicação financeira – não circulante	-	-	70.984	(71.067)
<b>Caixa líquido usados nas atividades de investimentos</b>	<b>(75.496)</b>	<b>(68.616)</b>	<b>(66.923)</b>	<b>(175.905)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Captação de emprést. e financiamentos	530.503	566.192	1.114.379	1.057.384
Pagamentos de empréstimos e juros	(446.879)	(598.530)	(991.565)	(734.656)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(59.810)	(75.020)	(59.810)	(75.020)
Ações em tesouraria	(3.174)	(708)	(3.174)	(708)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>20.640</b>	<b>(108.066)</b>	<b>59.830</b>	<b>247.000</b>
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	308.138	355.989	495.525	443.002
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	201.009	308.138	434.351	495.525
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes a caixa</b>	<b>(107.129)</b>	<b>(47.851)</b>	<b>(61.174)</b>	<b>52.523</b>

**Quadro 6: Demonstração do fluxo de caixa – método indireto 2007-2008**

Fonte: Demonstrações Financeiras de Marcopolo S.A. (Diário Oficial RS, 04/03/2009, p. 06)

### 3.1.4.2 Demonstração do fluxo de caixa – método direto

Pelo Método Direto, os ingressos oriundos das transações são apresentados a partir dos recebimentos e pagamentos provenientes das operações normais, ocorridas dentro do período.

O modelo adotado para configurar junto à veiculação dos demais demonstrativos é apresentado no quadro 7:

<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO</b>				
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Venda de mercadorias e serviços	135.616	144.492	134.446	146.525
Pagamento de fornecedores	(35.907)	63.272	(8.362)	80.733
Salários e encargos sociais dos empregados	(6.256)	(3.294)	(4.569)	(5.920)
IR e contribuição social pagos	(38.018)	(16.421)	(40.605)	(19.407)
Pagamentos de contingências	(6.256)	(3.294)	(4.569)	(5.920)
Recebimentos por reembolso de seguros	13.680	6.897	8.959	10.753
Recebimentos por lucros e dividendos de subsidiárias	7.253	9.669	5.726	5.726
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(35.907)	63.272	(8.362)	80.733
<b>Caixa líquido provenientes das atividades operacionais</b>	<b>(52.273)</b>	<b>128.831</b>	<b>(54.081)</b>	<b>(18.572)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Investimentos	(37.174)	(53.169)	(14.384)	(5.557)
Partes relacionadas	7.253	9.669	(5.726)	5.726
Dividendos de subsidiárias	13.163	14.910	-	-
Dividendos revertidos	-	(1.570)	-	-
Compras de imobilizado	(58.738)	(38.456)	(110.322)	(105.007)
Gastos pré-operacionais em implantação de novas unidades	-	-	(7.475)	-
Aplicação financeira – não circulante	-	-	70.984	(71.067)
<b>Caixa líquido usados nas atividades de investimentos</b>	<b>(75.496)</b>	<b>(68.616)</b>	<b>(66.923)</b>	<b>(175.905)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Captação de emprést. e financiamentos	530.503	566.192	1.114.379	1.057.384
Pagamentos de empréstimos e juros	(446.879)	(598.530)	(991.565)	(734.656)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(59.810)	(75.020)	(59.810)	(75.020)
Ações em tesouraria	(3.174)	(708)	(3.174)	(708)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>20.640</b>	<b>(108.066)</b>	<b>59.830</b>	<b>247.000</b>
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	308.138	355.989	495.525	443.002
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	201.009	308.138	434.351	495.525
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes a caixa</b>	<b>(107.129)</b>	<b>(47.851)</b>	<b>(61.174)</b>	<b>52.523</b>

**Quadro 7: Demonstração do fluxo de caixa – método direto 2007-2008**

Fonte: Demonstrações Financeiras de Marcopolo S.A. (Diário Oficial RS, 04/03/2009, p. 06)

### 3.1.5 Demonstração do valor adicionado

Conforme a alteração introduzida pela Lei nº 11.638/07 nos artigos 176 e 188 da Lei nº 6.404/76 determina que somente as companhias de capital aberto sejam obrigadas a publicar a Demonstração do Valor Adicionado. Este demonstrativo, dito a Lei, deve apresentar o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Desde os anos de 1990, por incentivo da Comissão de Valores Mobiliários, as companhias abertas de grande porte já vinham elaborando e divulgando essas informações dentro dos moldes deste demonstrativo no mercado financeiro brasileiro.

Como a internacionalização do mercado de capitais é o ponto fundamental das alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, a Demonstração do Valor Adicionado transmite aos investidores um elevado grau de segurança, pois nele está representado a riqueza gerada pela empresa e os débitos incidentes sobre ela. Este

modelo surgiu na Europa e hoje é o mais aceito dentro de um cenário globalizado, o qual é apresentado no quadro 8:

<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
<b>Receitas</b>	<b>1.917.083</b>	<b>1.642.941</b>	<b>3.027.565</b>	<b>2.473.288</b>
Vendas de mercaderia, prod. e serviços	1.906.889	1.649.901	3.024.210	2.467.020
Outras receitas	15.958	(118)	17.622	7.574
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	(5.764)	(6.842)	(14.267)	(1.306)
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>(1.505.198)</b>	<b>(1.373.592)</b>	<b>(2.337.808)</b>	<b>(1.982.316)</b>
Custos dos prod. e serviços vendidos	(1.416.385)	(1.190.581)	(2.204.000)	(1.673.904)
Mat., energia, serviços de terceiros e outros	(66.420)	(164.832)	(110.829)	(288.970)
Perda / Recuperação de valores ativos	(22.393)	(18.179)	(22.979)	(19.442)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>411.885</b>	<b>269.349</b>	<b>689.757</b>	<b>490.972</b>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>29.981</b>	<b>19.639</b>	<b>47.869</b>	<b>33.409</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Entidade</b>	<b>381.904</b>	<b>249.710</b>	<b>641.888</b>	<b>457.563</b>
<b>Valor adicionado recebido em transf.</b>	<b>150.929</b>	<b>228.043</b>	<b>171.022</b>	<b>198.771</b>
Resultado de equivalência patrimonial	31.016	56.238	-	-
Receitas financeiras	119.913	171.805	171.022	198.771
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>532.833</b>	<b>477.753</b>	<b>812.910</b>	<b>656.334</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>532.833</b>	<b>477.753</b>	<b>812.910</b>	<b>656.334</b>
Pessoal	283.647	237.147	413.876	335.117
Remuneração direta	240.441	193.330	348.557	274.047
Benefícios	26.089	29.646	43.271	38.084
F.G.T.S	17.117	14.171	22.048	22.986
Impostos, taxas e contribuições	<b>(39.920)</b>	<b>(12.043)</b>	<b>50.704</b>	<b>40.379</b>
Federais	(5.076)	32.995	29.749	90.130
Estaduais	(34.920)	(45.321)	20.734	(50.189)
Municipais	76	283	221	438
Remuneração de capitais de terceiros	<b>153.490</b>	<b>108.157</b>	<b>213.884</b>	<b>134.313</b>
Juros	150.515	106.276	209.884	132.067
Aluguéis	2.975	1.881	4.000	2.246
Juros s/ o capital próprio e dividendos	<b>35.616</b>	<b>144.492</b>	<b>134.446</b>	<b>146.525</b>
Juros sobre o capital próprio	37.259	34.523	37.259	34.523
Dividendos	22.551	40.497	22.551	40.497
Lucros retidos do exercício	75.806	69.472	74.636	71.505

**Quadro 8: Demonstração do valor adicionado 2007-2008**

Fonte: Demonstrações Financeiras de Marcopolo S.A. (Diário Oficial RS, 21/02/2008, p. 07)

### 3.1.6 *Outros dados integrantes das demonstrações financeiras*

**Relatório da Administração:** Não propriamente inserido dentro das demonstrações contábeis, mas exigido por lei, o Relatório da Administração é de suma importância já que tem a função de relatar os principais fatos administrativos e financeiros ocorridos na companhia durante o exercício findo, bem como enaltece a colaboração recebida por funcionário e instituições financeiras que a ajudaram a alcançar as metas traçadas.

**Notas Explicativas:** As Notas Explicativas são complementos necessários que servem como acessório no entendimento das demonstrações financeiras dando plena visão quanto à evolução e situação da empresa. Demonstra os critérios contábeis utilizados pela companhia para confecção dos demonstrativos contábeis.

Os eventos mencionados na nova Lei deverão ser informados pelas companhias nas Notas Explicativas inseridas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, que serão divulgadas no ano seguinte, já que as convergências irão refletir no exercício de 2008 e posteriores, destacando

também os pontos de maior relevância sobre o patrimônio dos exercícios de 2007 e 2008.

**Parecer dos Auditores Independentes:** A Lei 6.404/76 (e suas alterações) determina que as demonstrações financeiras das companhias devam ser auditadas por auditores registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Esse Parecer dá mais credibilidade e confiabilidade às empresas que o apresenta.

**Parecer do Conselho Fiscal:** No Brasil sua publicação é opcional. Esse Parecer é apresentado à Assembleia Geral de Acionistas. Em prática, as companhias que adotam Conselho Fiscal, publicam seu Parecer junto às demonstrações financeiras.

Para auxiliar nas respostas a questão de pesquisa inserida nesta monografia e para orientar o leitor, principalmente em relação aos quadros apresentados ao longo deste trabalho, os mesmos são ilustrativos e foram adaptados para o contexto do assunto deste trabalho de monografia.

O capítulo 4 que será apresentado a seguir, explica as alterações na legislação societária pela Lei 11.638/2007 dentro do cenário das práticas internacionais de contabilidade.

## 4 A CONVERSÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS PARA ÀS IFRS

Este capítulo retrata com fidelidade as adaptações que se faz necessário com a migração para as práticas contábeis internacionais.

As IFRS (*International Financial Reporting Standards*) são normas internacionais de contabilidade, um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) que tem como objetivo transmitir transparência, qualidade e uniformizar as demonstrações financeiras.

Antes da inserção das normas IFRS, era adotado a convergência dos princípios contábeis geralmente aceitos (GAAP - *Generally Accepted Accounting Principles*). Os americanos utilizavam o US GAAP enquanto no Brasil adotava-se o BR GAAP. Desde então, o termo convergência já sugeria a ideia de eliminar as diferenças, mesmo que naquele momento cada país adotava as práticas contábeis que mais se adequem à sua realidade.

Criado em 2001 na Europa, as normas IFRS chegaram definitivamente no Brasil em meados de 2007, conforme instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 16 de julho de 2007, determinando que as companhias de capital aberto e instituições financeiras teriam a obrigação de elaborar e divulgar as demonstrações financeiras consolidadas a partir de 2010 conforme o padrão IFRS.

A maior parte do mundo já fala com os investidores e as partes interessadas sobre o desempenho financeiro corporativa nos termos do Padrão Internacional de Demonstrações Financeiras (IFRS). O Brasil logo o seguirá. Ao agirem agora, as empresas brasileiras têm a rara oportunidade de fazer com que o tempo trabalhe a seu favor. (MCMANUS, 2009, p. 12).

A rapidez com que diversos países absorveram as normas IFRS demonstra a necessidade em se ter apenas uma linguagem universal quando falamos em demonstrações financeiras. A economia mundial não pode perder tempo em desvendar relatórios contábeis numa época como esta, onde ganha e tem espaço aquele que oferece as melhores soluções no menor espaço de tempo.

#### 4.1 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

Com a necessidade de suprir as lacunas que surgiram em virtude das transformações no âmbito das leis da contabilidade, tais como a convergência internacional das normas contábeis, a centralização na emissão dessas normas e a representação e processos democráticos para produção dessas informações, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essa idealização surgiu com a união da ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas); APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) Nacional; BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo); CFC (Conselho Federal de Contabilidade); IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil); e FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras).

Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

##### 4.1.1 *Pronunciamento técnico CPC nº 26 – Apresentação das demonstrações contábeis*

O Pronunciamento Técnico CPC nº 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis tem como objetivo definir a base, os requisitos básicos e as diretrizes estruturais da apresentação das demonstrações contábeis no momento de apreciar a comparação de um ano para outro ou de períodos anteriores na mesma companhia como também nivelar essas demonstrações junto às demais companhias.

Além de orientar outras demonstrações, o CPC nº 26 regulamenta a Demonstração do Resultado Abrangente. A divulgação deste demonstrativo é obrigatória, mesmo não estando previsto na Lei 6.404/76.

Para o padrão IFRS, a Demonstração do Resultado Abrangente é definido como “uma alteração no patrimônio líquido de uma sociedade durante um período, decorrente de transações e outros eventos e circunstâncias não originadas dos

sócios. Isso inclui todas as mudanças no patrimônio durante o período, exceto aquelas resultantes de investimentos dos sócios e distribuições aos sócios”.

O quadro de Demonstração do Resultado Abrangente é apresentado no quadro 9:

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>				
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Exercício findo em</b>		<b>Exercício findo em</b>	
	<b>31 de dezembro</b>		<b>31 de dezembro</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>296.048</b>	<b>122.681</b>	<b>295.754</b>	<b>124.983</b>
Ajustes pela conversão de moedas estrangeiras	(4.646)	(34.059)	(5.181)	(37.081)
Ganhos/Perdas atuariais 17	-	20.299	-	20.299
IR e contribuição social diferidos s/ ganhos/perdas atuariais	-	(6.902)	-	(6.902)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>291.402</b>	<b>102.019</b>	<b>290.573</b>	<b>101.299</b>
<b>Atribuível a:</b>				
Acionistas da Marcopolo	291.402	102.019	291.892	104.293
Participação dos não controladores	-	-	(1.319)	(2.994)
	<b>291.402</b>	<b>102.019</b>	<b>290.573</b>	<b>101.299</b>

**Quadro 9: Demonstração do resultado abrangente 2009-2010**

Fonte: Demonstrações Financeiras de Marcopolo S.A. (Diário Oficial RS, 24/02/2011, p. 06)

#### 4.1.2 *Pronunciamento técnico CPC nº 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade*

Adotado pelas companhias abertas dentre outros, o CPC nº 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade tem como objetivo principal garantir que as primeiras demonstrações contábeis das empresas publicadas a partir da conversão para as normas IFRS, apresentem informações qualificadas e transparentes aos usuários e que determine uma comparação em relação aos outros períodos determinando assim um ponto de partida para que se contabilizem as transações econômicas/financeiras dentro dos padrões da nova norma.

As companhias devem descrever a forma como efetuaram a conversão em IFRS e como essa transição alterou sua posição patrimonial, seu desempenho econômico e o seu desempenho financeiro em relação às práticas até então adotadas.

O Balanço Patrimonial (quadro 10) a seguir expressa com clareza como divulgar a comparação entre os exercícios dentro das normas internacionais de contabilidade:

BALANÇO PATRIMONIAL													
ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
	Controladora			Consolidado				Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante							Passivo e patrimônio líquido						
Caixa e equivalentes de caixa	548.921	404.800	201.009	672.123	498.972	416.077	Circulante						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	40.424	-	-	40.424	32.210	14.354	Fornecedores	195.589	120.033	105.372	306.901	204.920	187.517
Instrumentos financeiros derivativos	13.644	5.228	-	13.668	5.228	-	Empréstimos e financiamentos	58.031	126.682	255.547	267.412	372.898	582.506
Contas a receber de clientes	416.026	399.661	416.259	810.464	701.260	681.435	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	32.047	788	6.906	39.473
Estoques	194.133	132.054	165.149	311.448	237.403	303.021	Salários e férias a pagar	108.401	46.371	50.813	135.427	57.008	61.078
Impostos a recuperar	65.356	74.459	146.092	87.144	93.228	172.243	Impostos e contribuições a recolher	36.820	24.044	12.514	64.938	41.303	22.660
Outras contas a receber	33.258	21.463	38.307	55.238	48.062	64.380	Partes relacionadas	12	75	1.415	-	90	278
	1.311.762	1.037.665	966.816	1.990.509	1.616.363	1.651.510	Adiantamentos de clientes	35.814	13.812	17.421	37.238	19.573	31.763
Não circulante							Representantes comissionados	12.361	16.292	14.253	17.031	20.330	22.701
Ativos financeiros disponíveis para venda	127.980	-	-	128.096	-	-	Juros s/capital próprio e dividendos	35.632	43.508	59.810	35.632	43.576	59.810
Contas a receber de clientes	-	-	-	425.700	398.943	329.721	Participação dos administradores	7.060	7.552	7.074	7.060	7.552	7.074
Partes relacionadas	19.408	721	1.278	-	102	41	Outras contas a pagar	42.841	32.070	38.911	6.309	67.824	91.217
Impostos e contribuições a recuperar	1.669	1.553	1.004	2.975	2.243	2.940		532.561	431.539	595.177	948.736	841.980	1.106.077
IR e contribuição social diferidos	14.046	27.244	58.541	43.315	54.956	70.327	Não circulante						
Depósitos judiciais	11.930	11.776	12.236	14.365	13.618	13.883	Empréstimos e financiamentos	638.615	437.863	216.294	1.094.439	866.156	548.156
Outras contas a receber	7.114	14.633	-	10.766	14.390	291	Provisões	4.510	15.874	45.755	17.444	27.149	56.524
Investimentos	431.422	329.129	340.739	22.272	20.114	18.399	Plano de pensão e benef. a empregados	-	-	22.813	-	-	22.813
Imobilizado	139.868	127.773	108.718	318.761	282.278	259.487	Outras contas a pagar	-	-	21	5.592	996	1.205
Ágio e intangível	71.266	70.015	71.595	72.842	71.887	73.203		643.125	453.737	284.883	1.117.475	894.241	628.698
	824.703	582.844	594.111	1.039.092	858.531	768.292	Total do passivo	1.175.686	885.276	880.060	2.066.211	1.736.221	1.734.775
Total do ativo	2.136.465	1.620.509	1.560.927	3.029.601	2.474.894	2.419.802	Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora						
							Capital social	700.000	450.000	450.000	700.000	450.000	450.000
							Reservas de capital	(790)	(806)	708	(790)	(806)	708
							Reservas de lucros	306.748	301.548	228.637	282.438	308.782	236.066
							Ajustes de avaliação patrimonial	(31.125)	(13.082)	7.580	(11.700)	(7.054)	13.608
							Ações em tesouraria	(14.054)	(2.427)	(6.058)	(14.054)	(2.427)	(6.058)
							Prejuízos acumulados	-	-	-	-	(18.637)	(21.106)
							Participação dos não controladores	960.779	735.233	680.867	955.894	729.858	673.218
								960.779	735.233	680.867	963.390	738.673	685.027
							Total do passivo e patrimônio líquido	2.136.465	1.620.509	1.560.927	3.029.601	2.474.894	2.419.802

#### Quadro 10: Balanço patrimonial 01/01/2009 a 31/12/2009 – 31/12/2010

Fonte: Demonstrações Financeiras de Marcopolo S.A. (Diário Oficial RS, 24/02/2011, p. 06)

#### 4.1.3 Pronunciamento técnico CPC nº 37 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40

O Pronunciamento Técnico CPC 43 objetiva fornecer as diretrizes necessárias para que as demonstrações contábeis individuais de uma companhia, elaboradas de acordo com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC, estando em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e fielmente alinhadas às demonstrações contábeis consolidadas elaboradas como determina o Pronunciamento Técnico CPC 37. Desta maneira, o Pronunciamento CPC 43 está diretamente ligado com o Pronunciamento CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, de forma que as opções adotadas para fins daquele Pronunciamento CPC 37 devem também ser adotadas para fins do Pronunciamento CPC 43, como forma a minimizar as eventuais diferenças entre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### 4.1.4 Outros pronunciamentos, orientações e interpretações

Os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC produzem efeitos na preparação e na divulgação das demonstrações Financeiras.



Para avaliar o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as companhias adotaram, entre outros e os já citados, os seguintes pronunciamentos:

- CPC 16 – Estoques, aprovado pela Deliberação CVM nº 575, de 5 de junho de 2009;
- CPC 18 – Investimento em Coligada e em Controlada, aprovado pela Deliberação CVM nº 605, de 26 de novembro de 2009;
- CPC 20 – Custos de Empréstimos, aprovado pela Deliberação CVM nº 577, de 5 de junho de 2009;
- CPC 22 - Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM nº 582, de 31 de julho de 2009; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Deliberação CVM nº 592, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 593, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009;
- CPC 30 - Receitas, aprovado pela Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009;
- CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 608, de 26 de novembro de 2009;
- CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, aprovado pela Deliberação CVM nº 609 , de 22 de dezembro de 2009;
- CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;

- CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos do CPC 15 a 40, aprovado pela Deliberação CVM nº 610, de 22 de dezembro de 2009;
- OCPC 03 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação;
- ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e, aplicação do método de equivalência patrimonial, aprovado pela Deliberação CVM nº 618, de 22 de dezembro de 2009; e
- ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e a propriedade para investimento dos CPCs 27, 28, 37 e 43, aprovado pela Deliberação CVM nº 619 de 22 de dezembro de 2009.

#### 4.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE SOCIEDADE DE GRANDE PORTE

Com introdução da Lei nº 11.638/07 as demonstrações financeiras ganham adesão de outros tipos jurídicos.

Uma das novidades é a obrigatoriedade das empresas de grande porte seguirem as mesmas normas das companhias abertas quanto à escrituração e elaboração das demonstrações financeiras.

Uma das grandes novidades da Lei 11.638/07 é a contida no art. 3º, estendendo às sociedades de grande porte a obrigatoriedade de aplicarem os mesmos procedimentos adotados pelas companhias abertas, mesmo que não constituídas sob a forma de sociedades por ações. (BRAGA e ALMEIDA, 2009, p. 144).

As disposições estão assim descritas no artigo 3º da Lei 11.638/07:

Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores .

Em seu parágrafo único, a Lei 11.638/07, considera empresa de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a

R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

De acordo com Braga e Almeida (2009) cabe ressaltar que a divulgação das demonstrações financeiras está provocando diferentes interpretações, quando se trata das sociedades de grande porte. Uma grande parte de especialistas em direito societário entende que não há previsão, na lei, para que essas sociedades publiquem suas demonstrações financeiras – acham que a obrigatoriedade se restringe, apenas, à escrituração contábil, à elaboração das demonstrações financeiras e à auditoria independente. No anteprojeto constava que as demonstrações financeiras das sociedades de grande porte deveriam ser publicadas. Se válida esta tese, o objetivo pretendido não foi alcançado, posto que permaneceria a falta de transparência das informações dessas empresas. Cabe, portanto, à Comissão de Valores Mobiliários regulamentar a matéria.

No capítulo seguinte, será conhecido o papel que Governança Corporativa dentro das companhias abertas e qual sua posição em relação ao rol de alterações propostas à contabilidade. Também o próximo capítulo será para fundamentalmente complementar a proposta desta pesquisa e auxiliar nas respostas a questão inserida nesta monografia.

## 5 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Neste capítulo será abordada a forte relação entre as companhias e as boas práticas de governança corporativa, principalmente no que diz respeito às atualizações contábeis inseridas, citadas nos capítulos anteriores.

### 5.1 CONCEITOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC – apresentou a seguinte definição, bastante abrangente e estabelecendo seus principais objetivos: “Governança Corporativa é o sistema que assegura aos sócios-proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva. A relação entre propriedade e gestão se dá através do conselho de administração, a auditoria independente e o conselho fiscal, instrumentos fundamentais para o exercício do controle. A boa Governança assegura aos sócios equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados (*accountability*) e obediência às leis do país (*compliance*). No passado recente, nas empresas privadas e familiares, os acionistas eram gestores, confundindo em sua pessoa propriedade e gestão. Com a profissionalização, a privatização, a globalização e o afastamento das famílias, a Governança Corporativa colocou o Conselho entre a Propriedade e a Gestão.”

Mais conceitos para a governança corporativa segundo ANDRADE e ROSSETTI:

A governança corporativa, como conjunto de princípios e práticas que têm sido incorporadas aos modelos de gestão das empresas, tem atraído a atenção de diferentes partes interessadas – e, em sentido mais amplo, o próprio interesse público. (ANDRADE e ROSSETTI, 2004, p. 21).

Além das companhias abertas em si, estão engajados dentro destes conceitos outros tipos de participantes como os funcionários, fornecedores, clientes, bancos e outros credores, instituições reguladoras (como a CVM o Banco Central) e a comunidade em geral.

## 5.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA BOA GOVERNANÇA

A governança corporativa está sustentada sob oito aspectos básicos que caracterizam sua atuação: participação, estado de direito, transparência, responsabilidade, orientação por consenso, igualdade e exclusividade, efetividade e eficiência e prestação de contas.

### 5.2.1 *Participação*

Participação significa que homens e mulheres devem participar igualmente das atividades de governo. A participação deve contemplar a possibilidade de participação direta ou participação indireta através de instituições ou representantes legítimos. A participação implica a existência de liberdade de expressão e liberdade de associação de um lado, e uma sociedade civil organizada de outro lado. O princípio, apesar de parecer utópico, é perfeitamente possível desde que existam leis claras e específicas que garantam os termos propostos; e exista iniciativas do Estado visando a sustentação dos termos.

### 5.2.2 *Estado de direito*

A boa governança requer uma estrutura legal justa que se aplica a todos os cidadãos do Estado independentemente de sua riqueza financeira, de seu poder político, de sua classe social, de sua profissão, de sua raça e de seu sexo. A boa governança deve garantir total proteção dos direitos humanos, pertençam as pessoas a maiorias ou a minorias sociais, sexuais, religiosas ou étnicas. A boa governança deve garantir que o poder judiciário seja independente do poder executivo e do poder legislativo. A boa governança deve garantir que as forças policiais sejam imparciais e incorruptíveis.

### 5.2.3 *Transparência*

Mais do que "a obrigação de informar", a administração deve cultivar o "desejo de informar", sabendo que da boa comunicação interna e externa, particularmente quando espontânea, franca e rápida, resulta um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da empresa com terceiros. A comunicação não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, mas deve contemplar também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação empresarial e que conduzem à criação de valor. No Brasil existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, que induz o gestor público à transparência de seus atos. Essa transparência pode ser melhorada, significativamente, com instrumentos como a Demonstração do Resultado Econômico, com o contracheque econômico e o balanço social.

### 5.2.4 *Responsabilidade*

As instituições governamentais e a forma com que elas procedem são desenhadas para servir os membros da sociedade como um todo e não apenas pessoas privilegiadas. Os processos das instituições governamentais são desenhados para responder as demandas dos cidadãos dentro de um período de tempo razoável.

### 5.2.5 *Decisões orientadas para um Consenso*

As decisões são tomadas levando-se em conta que os diferentes grupos da sociedade necessitam mediar seus diferentes interesses. O objetivo da boa governança na busca de consenso nas relações sociais deve ser a obtenção de uma concordância sobre qual é o melhor caminho para a sociedade como um todo. Além disso, as decisões também devem ser tomadas levando em conta a forma como tal caminho pode ser trilhado. Essa forma de obter decisões requer uma perspectiva de longo prazo para que ocorra um desenvolvimento humano sustentável. Essa perspectiva também é necessária para conseguir atingir os objetivos desse desenvolvimento.

### 5.2.6 *Igualdade e inclusividade*

A boa governança deve assegurar igualdade de todos os grupos perante os objetivos da sociedade. O caminho proposto pelo governante deve buscar promover o desenvolvimento econômico de todos os grupos sociais. As decisões devem assegurar que todos os membros da sociedade sintam que façam parte dela e não se sintam excluídos em seu caminho para o futuro. Esta abordagem requer que todos os grupos, especialmente os mais vulneráveis, tenham oportunidade de manter e melhorar seu bem-estar.

### 5.2.7 *Efetividade e eficiência*

A boa governança deve garantir que os processos e instituições governamentais devem produzir resultados que vão ao encontro das necessidades da sociedade ao mesmo tempo em que fazem o melhor uso possível dos recursos à sua disposição. Isso também implica que os recursos naturais sejam usados sustentavelmente e que o ambiente seja protegido.

### 5.2.8 *Suporte à auditoria fiscalizadora*

As instituições governamentais, as instituições do setor privado e as organizações da sociedade civil deveriam ser fiscalizáveis pelas pessoas da sociedade e por seus apoiadores institucionais. De forma geral, elas devem ser fiscalizáveis por todas aquelas pessoas que serão afetadas por suas decisões, atos e atividades.

É relevante destacar o conselho de administração, a auditoria independente e o conselho fiscal como ferramentas utilizadas na governança corporativa para assegurar o controle da propriedade sobre a gestão.

### 5.3 A GOVERNANÇA CORPORATIVA E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Dentre as boas práticas de governança destaca-se o princípio da transparência que mobiliza as companhias a formalizar uma política de divulgações de suas informações financeiras.

Conforme o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (2009, p. 55) as organizações devem reconhecer as tendências internacionais e as exigências da sociedade. Por isto, devem preparar os relatórios periódicos de acordo com padrões internacionalmente aceitos, no que diz respeito à contabilidade e às diretrizes para elaboração de relatórios que incluam aspectos econômicos-financeiros, sociais, ambientais e de governança corporativa. Esta postura permite a comparabilidade de relatórios, de modo que investidores e a sociedade em geral possam reconhecer os compromissos, políticas, indicadores e princípios de ordem ética das organizações. Tais informações contribuem para uma melhor avaliação da qualidade gerencial da organização e dos riscos aos quais ela está disposta a submeter-se.

Nessas apresentações é interessante constar, além dos atos exigido em lei ou em regulamento, todas as informações que satisfaçam as dúvidas que por ventura possam surgir em relação a situação da companhia, isto é, a divulgação deve ser completa e objetiva.

Para ANDRADE e ROSSETTI (2004, p.117) o indicador fundamental da reação do mercado de capitais à qualidade da governança corporativa e dos resultados por ela proporcionados aos acionistas é a cotação das ações. O mercado reage aos resultados das operações das companhias, a fatos relevantes que envolvam questões societárias e de negócios e às expectativas de retornos futuros. É farta a literatura que examina, de um lado, os efeitos da governança sobre as cotações de mercado das companhias de capitais aberto e, de outro lado, as pressões exercidas pelas cotações sobre a administração corporativa.

Além dos demonstrativos financeiros usualmente utilizados recomenda-se que se coloque à disposição do mercado para apreciação o relatório anual dos administradores bem como relatórios socioambientais e que, de preferência, apresentem parecer de auditores independentes.



A excelência das demonstrações financeiras tornou-se uma peça importante de análise para investimentos que foi criada uma premiação as divulgações que se destacam no mercado financeiro.

Neste ano, a Embraer conquistou novamente o Troféu Transparência 2011 oferecido pela Anefac – Fipecafi – Serasa Experian.

A premiação é um reconhecimento às melhores demonstrações financeiras publicadas no Brasil em 2011. Nesta edição especial do evento de premiação, que completou 15 anos, a Embraer destacou-se por ter ocupado o primeiro lugar em duas das três últimas edições, período que marcou a transição para implementação do novo padrão contábil internacional (IFRS) no País.

#### 5.4 O MERCADO FINANCEIRO ADAPTADO ÀS NOVAS NORMAS CONTÁBEIS

O mercado de capitais está em franca evolução. Prova disso são as frequentes alterações nas leis que regulamentam o mercado financeiro deixando transparecer o visível amadurecimento da economia brasileira. Para alcançar tal patamar de desenvolvimento foi preciso passar por momentos nada confortáveis.

Infelizmente mudanças implicam em desgaste e confronto de opiniões para atingir certos objetivos.

Talvez o maior desconforto em relação às transformações nas práticas contábeis não tenha sido propriamente a adequação às normas internacionais mais sim os momentos de dúvida e incerteza gerados pela inserção de tais fatos.

Hoje as empresas precisam mudar sua cultura para atender a padronização das novas regras e procedimentos. Em razão disso, as companhias precisam se adequar aos níveis de transparência da governança corporativa.

Todas essas alterações são determinantes para o estabelecimento das boas práticas de governança corporativa nas companhias abertas.

A missão da governança corporativa é buscar elementos que permitam apontar as relações de êxito da boa governança e a harmonização de normas contábeis.

A forte conexão entre as boas práticas de governança corporativa e os atos de atualização contábil são evidentes ao passo que dão maior credibilidade aos mercados financeiros.

O objetivo principal deste capítulo, foi também contemplar alguns propósitos tais como: destacar a importância da contabilidade para a expansão dos mercados financeiros; a participação da governança corporativa dentro da proposta de viabilidade das novas normas; a apresentação dos fundamentos da boa governança; destacar a importância da governança corporativa para a formação de ideais que promoveram um novo mercado de capitais no Brasil e registrar o papel da integração contábil no processo da boa governança corporativa.

No próximo capítulo, será apresentado o confronto de idéias que apresentam os benefícios e os desafios gerados às demonstrações contábeis ocorridos através de sua adequação à Lei 11.638/07 e à convergência as normas internacionais de contabilidade.

## 6 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Este capítulo tem por objetivo apresentar e analisar os benefícios e desafios gerados pelas transições legais e econômico-financeiras, questão inserida neste trabalho de monografia. Tais respostas serão apresentadas à luz das teorias apresentadas nos capítulos 3 e 4 deste estudo, onde a adequação das publicações legais frente as alterações ditadas pela Lei 11.638/07 e a conversão das práticas contábeis brasileiras para o padrão IFRS, movimentaram todos os setores das companhias a fim de viabilizarem a melhor maneira de introduzir os novos processos com a menor margem de erro possível.

Quando o assunto é a mudança das normas sejam elas promovidas por lei ou por convenções, surgem opiniões conflitantes no que diz respeito a real necessidade de adequação e se os benefícios propostos serão suficientemente vantajosos a fim de suprirem os dissabores promovidos por tais alterações.

As publicações legais sofreram alterações perante a Lei 11.638-07 e adequações relevantes às normas internacionais de contabilidade com o intuito de que passassem a ser mais do que uma mera obrigação e sim um documento que forneça informações relevantes daquela empresa ao mercado financeiro, disponibilizando aos interessados dados de acessível compreensão, mesmo sendo estes leigos na área contábil.

A convergência para IFRS coloca o Brasil dentro do mesmo patamar dos mercados mais importantes do planeta, pois traz em sua bagagem os critérios de comparabilidade e a transparência que as empresas globalizadas exigem para acreditar e investir seus projetos de negócios. Essa credibilidade gera um acesso sem embaraços junto a instituições financeiras para tomadas de empréstimos e em processos como os de aquisições e fusões, tendem a ser mais facilitados e obtêm maior sucesso dado ao grande nível de confiança entre as partes relacionadas.

As companhias brasileiras estão oferecendo a melhor qualidade de informações já vista, tudo proporcionado pelo padrão IFRS.

As demonstrações financeiras apresentam uma linguagem globalizada que auxiliam em decisões gerenciais destacando a trabalho do profissional contábil e demonstra às empresas que desejam investir no mercado financeiro nacional que estão amparadas por dados consistentes e seguros.

Embora as vantagens oferecidas pelas novas adaptações pareçam perfeitas ainda há alguns desafios a serem superados.

Talvez uma das situações negativas mais acentuadas sejam os custos operacionais gerados na convergência do processo antigo para as novas normas internacionais de contabilidade. O valor da publicação das demonstrações contábeis também cresceu de maneira bastante relevante em virtude do crescimento de informações exigidas na confecção do novo modelo. Toda a operação demanda um fluxo de trabalho dobrado que exige dos profissionais da área ter de buscar informações de modo a aprimorarem seus conhecimentos à atual situação.

Neste momento, a experiência adquirida ao longo dos anos não terá a eficácia necessária que se espera para atender os novos requisitos impostos por este cenário econômico-financeiro por se tratar de fatos inovadores.

A resistência as mudanças é mais um conflito que se destaca dentro desta reestruturação, pois quanto mais relutante for o pessoal designado a promover essas alterações, mais trabalho terão, já que estas adaptações são obrigatórias e deverão ser aplicadas o quanto antes, evitando problemas fiscais futuros e inserindo a companhia nos moldes internacionais aceitos.

Em meio a tantas dúvidas e desafios o mais importante é lembrar que jamais se deve recuar e que as vantagens deste novo momento superam as dificuldades.

Assumir riscos faz parte de economias bem sucedidas, garantidoras de mercados financeiros confiáveis e estáveis. Para empresas que desejam manter a liderança em seus segmentos devem estar dispostas a competir e a enfrentar desafios ainda maiores do que estes propostos pelas adequações legais e convergências estruturais de contabilidade. Este é um dos primeiros passos, rumo aos avanços que estão por vir.

## 7 CONCLUSÃO

Esta monografia enfocou a adequação das publicações legais às normas internacionais de contabilidade em empresas monitoradas pela governança corporativa. Com as evidências apresentadas neste trabalho, pode-se notar que as publicações legais deixam de ser, além de uma obrigação, uma importante ferramenta de tomada de decisão.

Nesta monografia pode-se perceber que sua valorização vem alcançando níveis realmente satisfatórios. Desde as alterações inseridas na Lei 6.404/76, trazidas pela Lei 11.638/07, que serviram de introdução para a mais significativa mudança de todas que foi a convergência das atuais normas de contabilidade brasileira para o padrão internacional IFRS.

Com este trabalho se pode notar que a adoção das normas internacionais de contabilidade faz com que o Brasil passe a integrar um seleto grupo de países em desenvolvimento, com grande êxito dentro do mercado de capital mundial. Implementar às IFRS faz com que as demonstrações financeiras tenham um formato uniforme compatível com os modelos utilizados mundialmente, criando assim uma linguagem universal dentro da área econômica financeira.

As evidências apresentadas nesta pesquisa, demonstram que uma das principais tendências da IFRS é proporcionar critérios que tragam transparência e comparabilidade aos relatórios financeiros quando analisados, criando assim, uma relação de confiança mútua entre os participantes envolvidos.

Em consonância ao teor exposto nos capítulos anteriores, este trabalho verificou que a divulgação de demonstrações financeiras bem estruturadas e dentro das normas internacionais pertinentes, apresenta um retorno satisfatório em vários aspectos, tais como captação de recursos externos com uma significativa redução de custos, aprimoramento nas análises comparativas de diferentes mercados para um mesmo ramo de negócios, condiciona a aperfeiçoamento das práticas de governança corporativa, entre outros que, dignificam o conceito das companhias que estão engajadas neste movimento de transição global.

Os relatórios contábeis estão mais ricos em detalhes, permitindo inclusive, uma dissertação mais aprofundada e com maior clareza dentro de cada ramo de

segmento da empresa, fazendo com que a análise destes documentos torne-se acessível à compreensão de pessoas menos aptas dentro do âmbito contábil.

Este estudo destaca também o papel fundamental do contador que, em meio a tantas mudanças, teve que moldar-se às novas premissas, inteirar-se da nova legislação que, nem sempre era divulgada de forma precisa, deixando a desejar no momento que deveria orientar na elaboração e na publicação das demonstrações contábeis.

Além da falta de informações, em geral, mudanças sempre estão ligadas a receios e dificuldades no momento de sua implantação. O tema proposto neste trabalho elencou alguns dos desafios enfrentados pelos profissionais da área contábil e pelas próprias companhias. Primeiramente, a falta de capacitação é uma das maiores barreiras em um processo inovador. É fundamental investir na instrução dos colaboradores da empresa. Estudando e aperfeiçoando os conhecimentos, o fator risco tende a ser mais ameno, obtendo assim, melhores resultados. Com o expressivo aumento de informações incorporadas às demonstrações financeiras, os custos dessas publicações, sofreram uma variação bastante relevante em comparação aos demonstrativos publicados em anos anteriores, destacando-se como outro entrave ligado à nova realidade.

O que se pode destacar com esta monografia, após avaliar as vantagens e os desafios gerados pela convergência às normas internacionais de contabilidade, é que o retorno positivo obtido pelos benefícios traduzidos através da transparência, da responsabilidade e da competência das companhias que buscaram adaptar sua rotina rapidamente as tendências mundiais, ultrapassa as fases sofridas com as incertezas e os dispêndios aplicados.

Grandes feitos não se conquistam facilmente, os desafios lançados transformam-se em oportunidade para todos, entretanto, poucos conseguem vislumbrar o sucesso e perdem tempo relutando sobre questões que nesse ou noutro momento deverão ser resolvidas.

As empresas brasileiras são reconhecidas mundialmente por adotar as melhores práticas de governança corporativa em sua administração, gerando fortalecimento econômico, abrindo as portas para empreendimentos inovadores e possíveis investidores que, reconhecem o grau de alavancagem apresentado pelo mercado de capitais brasileiros, onde já é prospectado um cenário futuro ainda mais desenvolvido e promissor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRADORES.COM.BR. *O mercado está pronto para as novas práticas contábeis do IFRS?* <<http://www.administradores.com.br/informe-se/informativo/o-mercado-esta-pronto-para-as-novas-praticas-contabeis-do-ifrs/26111/>> acesso em 12/08/2011.

AISPLUS. *O Brasil na convergência - Um guia prático para a adoção do IFRS.* Disponível em: <<http://www.iasplus.com/americas/0902brazilpracticalguide.pdf>> acesso em 19/10/2011.

ANDRADE, Adriana, ROSSETI, José Paschoal. *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.* São Paulo: Atlas, 2004.

ARTIGONAL. *IFRS: vantagem para o brasil, desafio para a contabilidade brasileira.* Disponível em: <<http://www.artigonal.com/gestao-artigos/ifrs-vantagem-para-o-brasil-desafio-para-a-contabilidade-brasileira-4069042.html>> acesso em 25/10/2011.

BRAGA, Hugo Rocha, ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Mudanças contábeis na lei societária: lei nº 11.638, de 28-12-2007.* São Paulo: Atlas, 2009.

CÂMARA PORTUGUESA DE COMÉRCIO NO BRASIL. *Embraer é eleita mais uma vez com o Troféu Transparência 2011.* Disponível em: <[http://www.camaraportuguesa.com.br/default.asp?pag=noticias&id\\_noticia=-11649](http://www.camaraportuguesa.com.br/default.asp?pag=noticias&id_noticia=-11649)> acesso em 24/10/2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Comitê de pronunciamentos contábeis - Pronunciamento técnico CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.* Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26.pdf>> acesso em 23/09/2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Pronunciamentos técnicos contábeis 2010.* Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/Pronunciamentos\\_tecnicos\\_2010.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/Pronunciamentos_tecnicos_2010.pdf)> acesso em 23/09/2011.

FILHO, Cláudio Pinheiro Machado. *Responsabilidade social e governança*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

GARCIA E SOUZA, Telma de Mesquita Garcia. *Governança corporativa e o conflito de interesses nas sociedades anônimas*. São Paulo: Atlas, 2005.

GESTAODATI10. *As oito principais características da "boa governança"*. Disponível em: <[http://gestaodati10.blogspot.com/2009/09/as-oito-principais-caracteristicas-da\\_3867.html](http://gestaodati10.blogspot.com/2009/09/as-oito-principais-caracteristicas-da_3867.html)> acesso em 24/10/2011.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLOBALCAPITAL. *Novo mercado e governança corporativa*. Disponível em: <<http://globalcn.com.br/BR/governanca-corporativa.php>> acesso em 24/10/2011.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das melhores práticas de governança corporativa*. 4 ed. São Paulo: IBGC, 2009.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/BibliotecaDetalhes.aspx?CodAcervo=3024>> acesso em 02/08/2011.

Lei 11.638: as novas práticas contábeis do IFRS? Disponível em: <[http://www.rhcentral.com.br/artigosartigo.asp?cod\\_tema=2488](http://www.rhcentral.com.br/artigosartigo.asp?cod_tema=2488)> acesso em 12/08/2011.

Lei das Sociedades por Ações: Lei nº 6.404, de 15-12-1976, com alteração da Lei nº 10.303, de 31-10-2001. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise*. São Paulo: Atlas, 1997.

MCMANUS, Kieran John. *IFRS – Implementação das normas internacionais de contabilidade e da lei nº 11.638 no Brasil – aspectos práticos e contábeis relevantes*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

Medidas adotadas pelas IFES brasileiras visando a qualificação docente e a adequação de conteúdos com as novas práticas contábeis. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos112011/350.pdf>> acesso em 12/08/2011.

MOURAD, Nabil Ahmad. *IFRS 8: Segmentos operacionais: contabilidade internacional: International Financial Reporting Standards – IFRS*. São Paulo: Atlas, 2009.



PwC. *ABC Aberta S.A. Demonstrações financeiras ilustrativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS em 31 de dezembro de 2010.* Disponível em: <[http://www.pwc.com/pt\\_BR/br/ifrs-brasil/assets/cia-abccartaaberta-10.pdf](http://www.pwc.com/pt_BR/br/ifrs-brasil/assets/cia-abccartaaberta-10.pdf)> acesso em 21/09/2011.

PwC. *Diagnosticando o IFRS na sua empresa.* Disponível em: <<http://www.pwc.com/br/pt/ifrs-brasil/assets/diagnostico-ifrs-folder-04.pdf>> acesso em 21/09/2011.

PwC. *Guia 2008/2009 – Demonstrações financeiras e sinopse legislativa.* Disponível em: <[http://www.pwc.com/pt\\_BR/br/publicacoes/assets/guia-dem-fin-08.pdf](http://www.pwc.com/pt_BR/br/publicacoes/assets/guia-dem-fin-08.pdf)> acesso em 21/09/2011.

RIBEIRO, Osni Moura. *Demonstrações financeiras – mudanças na lei das sociedades por ações: como era e como ficou.* São Paulo: Saraiva, 2008.]

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Normas para a Boa Redação de Trabalhos Acadêmicos.* Universidade de Brasília. Brasília, 2001. Disponível em <<http://www.unb.br/ih/eco/textos/BoaRedação.pdf>>. Acesso em 23 jul.2003.